

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE 20.000 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA LUPATECH S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

**LUPATECH S.A.**, com sede na Rua Dalton Lahm dos Reis, 201, na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 89.463.822/0001-12, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social (a “Emissora” ou “Companhia”), e

**PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Av. das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, (a “Lei das Sociedades por Ações”), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão (o “Agente Fiduciário”);

vêm celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de 20.000 Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, da Companhia (respectivamente, “Escritura” e “Emissão”), observadas as cláusulas, condições e características abaixo:

## **1. DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 15 de setembro de 2006, na qual foi deliberada a aprovação para realização do Programa (conforme definido na Cláusula 2.1.6) e da Emissão e as condições constantes do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações (“RCA”).

## **2. DOS REQUISITOS**

2.1. A Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1.1. Arquivamento e Publicação da Ata da RCA**

2.1.1.1 A ata da RCA que deliberou sobre a presente emissão de debêntures, bem como sobre as condições constantes do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (“JUCERGS”) e

será publicada nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e Valor Econômico, edição nacional, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

#### **2.1.2. Inscrição da Escritura**

2.1.2.1 A presente Escritura e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERGS, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

#### **2.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM**

2.1.3.1 A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com a Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM ("Instrução CVM 400"), e com as demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

#### **2.1.4. Registro para Distribuição e Negociação em Mercados Primários e Secundários**

2.1.4.1 As debêntures da presente Emissão ("Debêntures") serão registradas para distribuição (A) no mercado primário através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (B) no mercado secundário (i) através do SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

#### **2.1.5. Registro na Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID**

2.1.5.1 A Emissão deverá ser elaborada de acordo com o Código de Auto-Regulação da Associação Nacional de Bancos de Investimento ("ANBID") para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do registro da oferta pela CVM.

#### **2.1.6. Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora na CVM**

2.1.6.1 A Emissão será realizada no âmbito do Programa de Distribuição de Debêntures da Emissora, o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos e limite de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), aprovado na RCA e submetido à arquivamento na CVM, nos termos da Instrução CVM 400 ("Programa").



### 3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social (i) a industrialização de peças, partes, sistemas, moldes, obtidos através de processos de fundição, injeção, sinterização, metalurgia e outros devidamente especificados no seu Estatuto Social; (ii) a comercialização, quer no País ou no exterior, desses mesmos produtos, seja de fabricação própria ou de terceiros; (iii) a importação e a exportação de matérias-primas, partes, peças e componentes; (iv) a prestação de serviços de assistência técnica de seus produtos; (v) a participação em outras sociedades, qualquer que seja sua forma, na qualidade de sócia ou acionista; e (vi) a representação comercial.

#### 3.2. Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

#### 3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1 O valor total da Emissão é de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo, e observado o disposto no item 4.1.3 abaixo.

#### 3.4. Distribuição

3.4.1 A presente Emissão somente será efetivada na hipótese de colocação da totalidade das Debêntures ofertadas.

3.4.2 Na hipótese de não colocação da totalidade das Debêntures objeto da Emissão, os valores eventualmente recebidos em contrapartida à subscrição das Debêntures deverão ser integralmente restituídos aos investidores, deduzida a quantia relativa à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ("CPMF") e quaisquer outras taxas ou encargos, sem juros ou correção monetária.

3.4.3 Na hipótese prevista no item 3.4.2 acima, a Emissora deverá publicar aviso na forma prevista no item 4.11.1 abaixo, comunicando a não efetivação da Emissão, se for o caso, e divulgando data e procedimento para a restituição dos valores recebidos em contrapartida à subscrição das Debêntures, na forma do referido item acima.

#### 3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1 O recursos obtidos por meio da presente Emissão terão a destinação prevista no Prospecto Definitivo e no respectivo Suplemento Definitivo, conforme definidos na Cláusula 3.6.2 abaixo.

#### 3.6. Forma e Procedimento de Colocação

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, sem solidariedade, com intermediação do Banco Pactual S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (em conjunto, “Instituições Intermediárias”), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, que organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo investidores pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras e entidades de previdência complementar e de capitalização, levando em conta o perfil de risco dos seus clientes e a adequação às Debêntures, assegurando também que o tratamento conferido seja justo e equitativo.

3.6.2. A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do anúncio de início de distribuição (“Anúncio de Início”); e (c) a disponibilização do prospecto definitivo e do suplemento definitivo relativos à Emissão (“Prospecto Definitivo” e “Suplemento Definitivo”, respectivamente) para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até o período máximo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início.

### **3.7. Banco Mandatário, Escriturador e Instituição Depositária**

3.7.1. O Banco Itaú S.A. será o Banco Mandatário e Escriturador da Emissora para esta Emissão, além de ser a Instituição Depositária das Debêntures.

3.7.2. O Banco Mandatário será responsável por operacionalizar o pagamento e a liquidação da Remuneração (conforme definida no item 4.3.1 abaixo) e de quaisquer outros valores devidos pela Emissora relacionados às Debêntures.

### **3.8. Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação**

3.8.1. A Emissora, em decisão conjunta com as Instituições Intermediárias da Emissão, poderá solicitar modificação ou revogação da oferta perante a CVM na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Emissão perante a CVM, ou que a fundamentem por acarretarem aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria oferta.

3.8.2. É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos debenturistas ou para renúncia a condição da Emissão estabelecida pela Emissora.

3.8.3. A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas, na forma e condições a serem informados em aviso



publicado nos mesmos veículos utilizados para a publicação do Anúncio de Início ("Anúncio de Revogação"), deduzida a quantia relativa à CPMF ou quaisquer outras taxas ou encargos, sem juros ou correção monetária.

3.8.4. Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, através de correspondência protocolada na sede da Emissora, na forma prevista no item 4.11.2 abaixo, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

3.8.5. Na hipótese de o debenturista manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente Emissão, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida à aceitação da oferta, na forma e condições que deverão estar previstas no Aviso de Revogação, deduzida a quantia relativa à CPMF e quaisquer outras taxas ou encargos, sem juros ou correção monetária.

3.8.6. Na hipótese do item 3.8.1 acima, deverá ser elaborado aditivo à presente Escritura para consolidar as novas características e condições das Debêntures, sendo que a modificação dos termos da Emissão deverá ser divulgada ampla e imediatamente nos termos do item 4.11.1 abaixo e as Instituições Intermediárias deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da Emissão.

### 3.9. Limite Legal

3.9.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora nesta data é de R\$227.618.652,00 (duzentos e vinte e sete milhões, seiscentos e dezoito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais) e o montante total da Emissão, na Data de Emissão, é de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

## 4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

#### 4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal").

#### 4.1.2. Número de Séries

4.1.2.1. A Emissão será em série única.

#### 4.1.3. Quantidade de Debêntures

4.1.3.1 Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures.

4.1.3.2 A Companhia poderá, também, outorgar às Instituições Intermediárias a opção de distribuição de lote suplementar de debêntures correspondentes a até 15% da quantidade de Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Debêntures do Lote Suplementar").

4.1.3.3. A quantidade de Debêntures da Emissão a ser distribuída poderá ainda, a critério da Companhia e sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1.3.2 acima, ser aumentada até o montante que não exceda em 20% a quantidade de Debêntures inicialmente emitidas, conforme previsto no artigo 14, §2º da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão ("Debêntures Adicionais").

4.1.3.4. As Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais, se for o caso, serão colocadas pelas Instituições Intermediárias sob o regime de melhores esforços.

4.1.4. *Data de Emissão*

4.1.4.1 Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2006 ("Data de Emissão").

4.1.5. *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.5.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos ("Prazo"), contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de setembro de 2011 ("Data de Vencimento"), ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal, descontadas as Amortizações, nos termos da Cláusula 4.6 abaixo, acrescido da Remuneração devida, calculada conforme a Cláusula 4.3 abaixo.

4.1.6. *Certificados de Debêntures*

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, não havendo emissão de certificados de debêntures.

4.1.6.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pela Instituição Depositária.

4.1.6.3. Adicionalmente, (i) será expedido pelo SND "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND; e/ou (ii) será expedido pela CBLC extrato de custódia em nome do debenturista, quando as Debêntures estiverem depositadas na CBLC.



PROPOSTA

#### 4.1.7. *Conversibilidade*

4.1.7.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

#### 4.1.8. *Espécie*

4.1.8.1. As Debêntures serão da espécie quirografária.

#### 4.2. *Atualização do Valor Nominal*

4.2.1. Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

#### 4.3. *Remuneração das Debêntures*

4.3.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal, a serem pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) de acordo com a fórmula abaixo. A taxa de juros aplicável às Debêntures será definida em procedimento de *bookbuilding*, observada a taxa máxima de 105,0 % (cento e cinco por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, expressa na forma percentual ao ano (a "Taxa DI").

4.3.1.1. Ao final do procedimento de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará o percentual da Taxa DI que será aplicável às Debêntures.

4.3.1.2. A Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures.

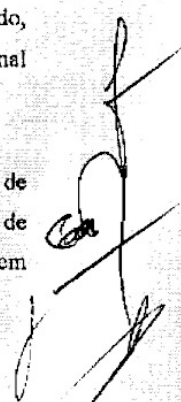
4.3.1.3. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

**J** corresponde ao valor unitário da Remuneração acumulada no período, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

**Vne** corresponde ao Valor Nominal da Debênture no primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



CONFIDENTIAL

**FatorDI** corresponde ao produtório das taxas DI com uso de percentual aplicado, a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de pagamento da Remuneração exclusiva, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

**n** corresponde ao número total de taxas DI consideradas na anualização, sendo "n" um número inteiro;

**p** corresponde ao percentual aplicado sobre a taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais;

**TDI<sub>k</sub>** corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**k** 1, 2, ..., n

**DI<sub>k</sub>** corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão  $\left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.



Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.3.2. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.3.3.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada ou da data em que for verificada a impossibilidade de sua aplicação, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *spread*, se houver, até a data da deliberação da AGD.

4.3.3.2. Em referida AGD, os titulares de Debêntures representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação e a Emissora decidirão o novo parâmetro de remuneração, observado o disposto no item 4.3.3.3 a seguir ou, em não havendo acordo sobre o novo parâmetro, a Emissora estará obrigada a proceder nos termos do item 4.3.3.4 abaixo.

4.3.3.3. Para os fins do presente instrumento, entende-se por "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii)



administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas; e (iii) fundos de investimento exclusivo da, e previdência privada patrocinada pela Emissora, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e de seus parentes até segundo grau.

4.3.3.4. Em não havendo acordo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas estabelecidas abaixo, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal, ou pelo saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza, ou de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura; ou
- (b) a Emissora deverá propor novo cronograma de pagamento do Valor Nominal ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração, nos termos da Escritura, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta alternativa, durante o cronograma de pagamento das Debêntures, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o parâmetro de remuneração definido pelos debenturistas e apresentada à Emissora na referida AGD, ficando desde já estabelecido que será vedado à Emissora amortizar as Debêntures em outra data que não aquela estabelecida no cronograma apresentado aos debenturistas, ficando a Emissora obrigada a celebrar com o Agente Fiduciário o respectivo aditamento à Escritura. Nesta alternativa, serão observados os seguintes requisitos: (a) a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo a estabelecida na Cláusula 4.3.1.2.; e (b) o fluxo de amortizações de principal deverá ser tal que resulte em um novo prazo médio remanescente das Debêntures igual ou inferior ao prazo médio originalmente definido.

#### 4.4. Repactuação

4.4.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.



#### 4.5. Subscrição

##### 4.5.1. Prazo de Subscrição

4.5.1.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme o item 3.6.2 acima.

##### 4.5.2. Preço de Subscrição

4.5.2.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

##### 4.5.3. Integralização

4.5.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

#### 4.6. Amortização

4.6.1. O Valor Nominal das Debêntures será pago pela Emissora em 6 (seis) parcelas iguais, semestrais e sucessivas a partir do final do 30º (trigésimo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão ("Amortização" ou "Amortizações").

#### 4.7. Condições de Pagamento

##### 4.7.1. Local de Pagamento

4.7.1.1 Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND para as Debêntures registradas em negociação nesse sistema e/ou pela CBLIC, para as Debêntures registradas para negociação no BOVESPA FIX; ou, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no SND e/ou na CBLIC, (ii) na sede da Emissora; ou, conforme o caso, (iii) por instituição financeira contratada para este fim.

##### 4.7.2. Prorrogação dos Prazos

4.7.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP e/ou CBLIC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

##### 4.7.3. Encargos Moratórios

4.7.3.1. Ocorrendo impropriedade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 4.7.4. Não Comparecimento dos Debenturistas

4.7.4.1. O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, no Prospecto ou em comunicado publicado pela Emissora, inclusive no comunicado previsto no item 3.4.3 acima, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.7.5. Imunidade Tributária

4.7.5.1. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### 4.8. Aquisição Facultativa

4.8.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.8.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser recolocadas no mercado.

#### 4.9. Resgate Antecipado Facultativo

4.9.1 Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da Emissão.

#### 4.10. Incorporação, fusão ou cisão

4.10.1 Em conformidade com o artigo 231, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, fusão ou cisão da Emissora não dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas, caso a Emissora assegure aos Debenturistas que o desejarem, o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de seis meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação.



#### 4.11. Comunicações

##### 4.11.1. Publicação na Imprensa

4.11.1.1. Todos os demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no jornal Valor Econômico, edição nacional, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser publicados, ainda, em outro(s) jornal(is) de grande circulação, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

##### 4.11.2. Comunicações

4.10.2.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

###### i) Para a Emissora

**LUPATECH S.A.**  
Rua Dalton Lahm dos Reis, 201  
Caxias do Sul – RS  
Sr. Thiago Alonso de Oliveira  
Telefone: (0xx54) 3227-7000 / 2134-7000  
Fax: (0xx54) 3227-7031 / 3848-9599  
[thiagoo@lupatech.com.br](mailto:thiagoo@lupatech.com.br)

###### ii) Para o Agente Fiduciário

**PENTÁGONO S.A. DTVM**  
Av. das Américas, 4.200, bl. 04, sala 514  
Rio de Janeiro – RJ  
Sr. Maurício Ribeiro  
Telefone: (0xx21) 3385-4565  
Fax: (0xx21) 3385-4046

###### iii) Para o Banco Mandatário, Escriturador e Instituição Depositária

**BANCO ITAÚ S.A.**  
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9.º andar  
São Paulo – SP  
Sr. José Nilson Cordeiro  
Tel.: (0xx11) 5029-1317  
Fax: (0xx11) 5029-1917

###### iv) Para a CETIP

CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação  
Av. República do Chile, 230, 11º andar  
Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20031-170  
Telefone: (0xx21) 2276-7474  
Fax: (0xx21) 2252-4308 / 2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar  
São Paulo - SP  
CEP: 01009-000  
Telefone: (0xx11) 3111-1411  
Fax: (0xx11) 3115-1664

v) Para a CBLC

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia  
Rua XV de Novembro, 275, 6º andar  
São Paulo - SP  
CEP: 01014-001  
Telefone: (0xx11) 3247-4824  
Fax: (0xx11) 3247-5260

4.11.2.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

4.11.2.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

4.11.2.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à Emissora, a qual se encarregará de comunicar tal alteração a todas as demais partes.

## 5. VENCIMENTO ANTECIPADO

### 5.1. Vencimento Antecipado

5.1.1 Ressalvado o disposto na cláusula 5.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interposição ou notificação extrajudicial, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração devida,



*pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, nas seguintes hipóteses:

- (i) propositura, pela Emissora de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (ii) transformação, liquidação, dissolução, pedido de falência (não sustado no prazo legal) ou decretação de falência ou auto-falência da Emissora c/ou de suas controladas;
- (iii) protestos de títulos contra a Emissora, que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 10 (dez) dias, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de assinatura do Instrumento Particular de Colocação de 20.000 Debêntures, Não Conversíveis em Ações da Espécie Quirografária, em Série Única sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª Emissão da Lupatech S.A. ("Contrato de Distribuição"), pelo IGPM, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora;
- (iv) falta de pagamento da Remuneração e das Amortizações pela Emissora;
- (v) falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do descumprimento;
- (vi) o inadimplemento ou o vencimento antecipado de qualquer dívida financeira, em ambos os casos cujo valor unitário seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, pelo IGPM, ou valor correspondente em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento;
- (vii) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou valor correspondente em outras moedas no prazo de até 10 (dez) dias contados da data estipulada para pagamento;

(viii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente praticadas e exclusivamente relacionadas, direta ou indiretamente;

(ix) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição, e/ou nos demais documentos da Emissão;

(x) as declarações e garantias prestadas pela Emissora em qualquer documento relativo à Emissão forem descumpridas e/ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas; e

(xi) não-manutenção dos seguintes índices financeiros apurados e revisados trimestralmente por auditores independentes da Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro e os trimestres então findos, atualizados, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

a) Dívida Líquida / EBITDA  $\leq 2,5$ ,

onde:

Dívida = todas as dívidas bancárias da Emissora, incluindo (i) empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), (ii) dívida com as Debêntures e (iii) mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Emissora.

Dívida Líquida = Dívida (-) caixa, bancos e aplicações financeiras; e

EBITDA = lucro (prejuízo) operacional (+) depreciação e amortização (-) receitas e despesas financeiras.

Caso o cálculo deste índice seja feito com base nas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, o EBITDA deve ser calculado considerando os últimos 12 (doze) meses.

b) EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas  $\geq X$ , sendo X igual a (i) 1,5 nos 30 primeiros meses a contar da Data da Emissão, (ii) 1,75 do 31º ao 42º mês a contar da Data da Emissão e (iii) 2,0 do 43º ao 60º mês a contar da Data da Emissão,

onde:



“Despesas Financeiras Líquidas” significam as despesas financeiras relativas a um período de 12 (doze) meses, efetivamente desembolsadas pela Emissora, líquidas de receitas de aplicações financeiras obtidas no mesmo período, definidas como (i) juros relativos a dívidas bancárias (incluindo juros devidos ao BNDES e a agências multilaterais), (ii) parcela da variação monetária e cambial de juros e principal de dívidas, (iii) juros pagos às Debêntures e (iv) despesas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Emissora.

5.1.2 A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (ii), (iii), (iv), (vii) e (x) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos debenturistas.

5.1.3 Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (i), (v), (vi), (viii), (ix) e (xi) acima o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8 abaixo e o *quorum* específico para as deliberações estabelecido no item 5.1.4 abaixo.

5.1.4 A AGD a que se refere o item 5.1.3 acima poderá, por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nos itens 7.5 e 7.6 abaixo.

5.1.5 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, consideradas eventuais Amortizações, se for o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures (e, no caso do subitem (iv) do item 5.1.1 acima, dos encargos moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora no endereço constante do item 4.11.2 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

5.1.6 Para fins dos subitens (i) e (ii) do item 5.1.1 acima, será considerado como pedido de recuperação judicial ou decretação de falência qualquer procedimento extra-judicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação sobre falência e recuperação judicial.



## 6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

### 6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos três primeiros trimestres de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre, acompanhada de parecer dos auditores independentes, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregar referida cópia ao Agente Fiduciário quando a disponibilizar à CVM;
  - b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices financeiros previstos na alínea (xi) da Cláusula 5.1.1 acima, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregar referida cópia ao Agente Fiduciário quando a disponibilizar à CVM; e (2) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
  - c) as informações pertinentes à Instrução nº 202, de 6 de dezembro de 1993, da CVM, fornecidas com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregar referida cópia ao Agente Fiduciário quando a disponibilizar à CVM;
  - d) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembleia a se realizar e de todas as Reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
  - e) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.11.1 acima;
  - f) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
  - g) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 4 (quatro) dias contados da respectiva Data de Vencimento; e



- h) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.1.1 acima imediatamente após sua ocorrência;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (vi) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (vii) manter atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (viii) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por descumprimentos que não venham a afetar adversamente sua condição econômica, financeira e seus resultados operacionais;
- (xii) contratar e manter contratada agência classificadora de risco para atualização da súmula apresentada por ocasião da colocação das Debêntures, até a Data de Vencimento, amortização ou resgate total das Debêntures, devendo (i) manter anualmente e até o vencimento, atualizada a súmula de avaliação (*rating*) das

Debêntures, (ii) divulgar amplamente ou permitir que a agência divulgue a súmula da classificação de risco; (iii) entregar ao Agente Fiduciário as súmulas de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; (iv) encaminhar à ANBID a súmula de avaliação (*rating*), objeto de avaliação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (v) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM (“Instrução CVM 28”), para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições; e
- (vi) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser



substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERGS, onde será inscrita a presente Escritura, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de agente fiduciário substituto, de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a substituição.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERGS, onde será inscrita a presente Escritura, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de agente fiduciário substituto, de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



## DEBÊNTURES

- na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
  - g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item 7.4 (xiii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
  - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - c) na CVM;
  - d) na instituição que liderou a colocação das Debêntures; e
  - e) na CETIP e na CBLC;
- (xv) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item 7.4 (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário à CETIP e/ou à CBLC;
- (xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações

assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

a) à CVM; e

b) à CETIP e à CBLC.

(xx) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 6.1

(xii) acima.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;

(ii) requerer a falência da Emissora;

(iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos debenturistas; e

(iv) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

a) Parcelas anuais de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as seguintes na mesma data dos anos posteriores.

7.7.1 O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.



assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

a) à CVM; e

b) à CETIP e à CBLC.

(xx) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 6.1

(xii) acima.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;

(ii) requerer a falência da Emissora;

(iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos debenturistas; e

(iv) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

a) Parcelas anuais de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as seguintes na mesma data dos anos posteriores.

7.7.1 O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.



8.1.1. Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

## 8.2. *Quorum de Instalação*

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

## 8.3. *Mesa Diretora*

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

## 8.4. *Quorum de Deliberação*

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações na Remuneração, Prazo, Data de Vencimento e Amortização, bem como as alterações nas condições de vencimento antecipado automático e/ou em dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação. As demais alterações, incluindo, mas não se limitando, às alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser



aprovadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- (v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladas ou coligadas,

diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, executável de acordo com os seus termos e condições;

(vii) o prospecto preliminar da Emissão ("Prospecto Preliminar") e o Prospecto Definitivo (em conjunto com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos") e respectivos suplemento preliminar e definitivo relativos à Emissão ("Suplementos") conterão, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora e suas controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

(viii) as opiniões e análises expressas nos Prospectos e respectivos Suplementos em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

(ix) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração dos Prospectos ou dos Suplementos seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;

(x) as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos e nos Suplementos são verdadeiros, consistentes, suficientes e corretos nas suas respectivas datas;

(xi) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, suas controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem resultará em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas controladas e/ou coligadas ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(xii) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2005, 31 de dezembro de 2004 e 31 de dezembro de 2003 e relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 representam corretamente a posição financeira da Emissora, suas controladas e/ou coligadas em tais datas e foram devidamente



elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

(xiii) a Emissora, suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por eventuais descumprimentos (i) que não possam causar impacto adverso relevante na Emissora, sua condição financeira ou resultados operacionais, ou (ii) aqueles mencionados nos Prospectos ou nos Suplementos;

(xiv) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos e nos Suplementos, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;

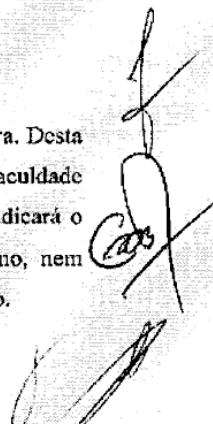

(xv) não há fatos relativos à Emissora ou às Debêntures que, nas respectivas datas de cada Prospecto ou Suplemento, não foram divulgados no Prospecto ou no Suplemento, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto ou do Suplemento seja enganosa, incorreta ou inverídica; e

(xvi) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos e nos Suplementos, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou seus resultados operacionais.

10.2. A Emissora se compromete a notificar imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



11.2 A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretirável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados no Item 2 supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

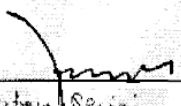
## 12. FORO


12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

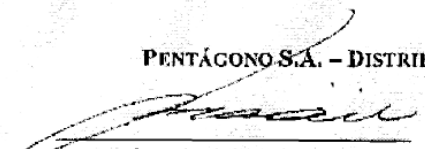
Caxias do Sul, 19 de setembro de 2006

LUPATECH S.A.

Por:   
Cargo: Presidente

Por:   
Cargo: Diretor Administrativo

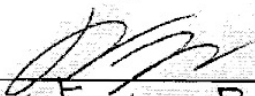
PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

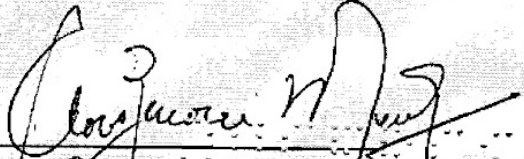
Por:   
Cargo: ADVOGADA





Testemunhas

1.   
Nome: Luiz Fernando Pearn  
RG: 4056161691

2.   
Nome: Elis Benoni de Souza  
RG: 1013827512-58/RS

